

ATA N.º 12/2014:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2014:

No dia quatro de junho de dois mil e catorze, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e António Manuel da Silva Braz.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição de 2 a 30 de junho do ano em curso, apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).**

O **Sr. Presidente assinala a ausência do Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, informando que este iniciará a sua participação nos trabalhos mais tarde, referindo-se o facto na altura devida.**

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Protocolo entre o Município de Palmela e a E.P. – Estradas de Portugal, S.A., para a execução de uma rotunda na E.N. 379 ao Km 35+000

PONTO 2 – Empreitada de “Execução de rotunda na E.N. 379” – Adjudicação da empreitada

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro ao Clube Desportivo Pinhalnovoense

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical

PONTO 5 – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela - Aprovação

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

• **Reunião de Câmara** – O **Sr. Presidente** refere que a próxima reunião de câmara vai ser descentralizada na freguesia de Poceirão (no âmbito da Semana dedicada à Freguesia do Poceirão), no dia 18 de junho, às 21 horas.

• **Acórdão do Tribunal Constitucional** – O **Sr. Presidente** refere que, no que concerne à reposição de vencimentos, na sequência do Acórdão proferido em 30 de maio, que chumbou três normas do Orçamento de Estado de 2014, entre elas os cortes nas remunerações dos trabalhadores da administração pública, cuja eficácia por determinação dos juizes do Tribunal foi devidamente explicitada no citado Acórdão e é imediata, a Câmara Municipal já tomou todas as diligências, no sentido de processar todas as retribuições devidas aos trabalhadores no mês de junho, de acordo com as remunerações vigentes em 2010, nomeadamente, o pagamento dos vencimentos ao dia 24/06, o duodécimo do subsídio de Natal a pagar junto com o vencimento de junho e o subsídio de férias a pagar a partir de 13 de junho. Recorda que a decisão dos juizes do Tribunal Constitucional não tem efeitos retroativos. O aumento das despesas com pessoal, resultantes desta decisão, é inteiramente justa e exigirá um acerto que poderá ser feito num momento posterior. A dimensão do acerto dependerá ainda de outras medidas que o governo possa vir a decidir, ditas de compensação. Contudo, sublinha que o município discorda e como sempre discordou, de qualquer medida que afete as remunerações dos trabalhadores e está em condições de encontrar soluções para acomodar no orçamento municipal a reposição dos vencimentos até final do ano. Entre o dia de ontem e o de hoje, têm sido debatidas questões da aclaração dos acórdãos. Ficou surpreendido, quando foi o próprio governo que nas últimas alterações ao Código Civil acabou com a figura da aclaração, no entanto, pede à Assembleia da República que solicite uma aclaração. Neste momento o que há a fazer é cumprir, tal como foram cumpridas outras determinações legais que têm vindo a ser impostas à administração pública e à administração local nos últimos anos.

• **Dia Municipal do Bombeiro** – O **Sr. Presidente** refere que, como tem sido hábito no Município, as comemorações do *Dia Municipal do Bombeiro* trata-se de uma iniciativa em parceria com as Corporações dos Bombeiros. Mais do que chamar a atenção para o prestígio dos Bombeiros, a valia da sua missão e do seu empenho, importa testar a operacionalidade dos corpos de Bombeiros e tomar medidas concretas no que à cultura de segurança diz respeito. Para além de um momento de dignificação da missão dos bombeiros pretende-se um momento de convívio entre todos os agentes da Proteção Civil.

Finaliza dizendo que decorreram nove simulacros: oito envolvendo escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho e houve um para testar as condições de segurança no Cineteatro São João, em Palmela, que é o maior equipamento cultural coletivo do concelho. Houve ainda um exercício conjunto, um simulacro de acidente que mobilizou as três Corporações. Estiveram envolvidos 147 bombeiros e 45 viaturas. Os simulacros existem para testar, diagnosticar e recensear aspetos que ainda possam vir a ser melhorados.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos.

• **Festas Populares de Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que, amanhã tem início a *18.ª Edição das Festas Populares de Pinhal Novo*. Estas festas afirmam-se como uma mostra cultural, desportiva e económica da vitalidade pinhalnovense e do próprio concelho. É uma mostra associativa por excelência. Refere a participação dos gaiteiros, do Círio da Carregueira, a atuação da Banda Filarmónica da SFUA (Sociedade Filarmónica União Agrícola), do Coral da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo, a emblemática participação do grupo de baile Balha da Carroça - grupo criado especialmente para a animação das festas populares, danças orientais, o teatro representado pelo ATA (Ação Teatral Artimanha), as danças de salão da União Desportiva da Palhota, o espetáculo no palco central assegurado pelos Bardoadas - o Grupo do Sarrafo, um desfile de fogo que conta com a participação de 250 elementos de vários grupos nacionais e internacionais. Destaca a noite de fados com gente da terra, fadistas locais que são a expressão viva da cultura. Ao nível desportivo destaca o futsal, o *fitness*, passeios de bicicleta, BTT, pesca desportiva, xadrez, jogo da malha. Destaca ainda a 5.ª Feira do Livro, que é uma iniciativa da Câmara Municipal e decorrerá na Biblioteca Municipal do Pinhal Novo. Deixa uma palavra para o forte envolvimento do Município, que através do apoio financeiro e/ou logístico e, igualmente, com o empenho dos trabalhadores contribuem para o êxito destas *Festas*.

• **Palmela – Experiências com sabor** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que o programa de *Palmela – Experiências com sabor* vai ter um conjunto de eventos, onde se destaca o concurso da sopa caramela. Esta é uma organização da Câmara Municipal de Palmela em parceria com a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal com a comissão fundadora da Confraria da Sopa Caramela, que vai decorrer no próximo dia 14 de junho, no recém-inaugurado espaço para visitas enoturísticas da adega ASL Tomé – Sociedade Vinícola (em Pinhal Novo). Realça os fins-de-semana gastronómicos subordinados à temática da sopa caramela, que vai decorrer entre os dias 6 e 8 de junho e de 13 e 15 do mesmo mês, em vinte estabelecimentos de restauração do concelho, de forma a promover e a divulgar esta tradicional sopa representativa desta região. Será, também, realizado um *show cooking* nas instalações do Mercado Municipal de Pinhal Novo, no próximo dia 07 deste mês, numa parceria

com a Comissão Fundadora da Confraria da Sopa Caramela. Estas iniciativas visam preservar e promover a gastronomia regional, através do esforço integrado e de cooperação entre os vários agentes de economia local, de forma a potenciar a gastronomia enquanto produto turístico. O programa *Palmela – Experiências com sabor*, inclui sete fins-de-semana gastronómicos temáticos dedicados a produtos como, por exemplo: o queijo de ovelha, a fogaça de Palmela, a sopa caramela, a fruta de Palmela / compotas de fruta, o vinho, o coelho à moda de Palmela, Moscatel de Setúbal (este último é uma das novidades deste programa). Estas iniciativas apresentam-se como propostas gastronómicas inovadoras com base nos produtos locais de qualidade.

ENTRADA NA REUNIÃO DE UM VEREADOR

Nesta altura, cerca das dezasseis horas e vinte e cinco minutos, a reunião começa a ser participada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes.

• **19.ª Edição do Fantasiarte** - O **Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que a **19.ª Edição do Fantasiarte** decorreu com 81 programas e envolveu 3.116 participantes, entre jovens atores e jovens públicos. Este projeto realizou-se de 08 a 09 de maio para o 2.º e 3.º ciclo e Ensino Secundário, no Auditório Municipal de Pinhal novo e de 22 a 30 de maio, no Cineteatro São João, em Palmela. Participaram as Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, as Escolas Básicas José Maria dos Santos, Hermenegildo Capelo e José Saramago. O *Fantasiarte* acolheu dois programas da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), e um programa com participantes do “Clique sem Idade” da Associação de Reformados e Pensionistas e Idosos do Pinhal Novo, juntamente com alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo. Tratou-se de uma *performance* intergeracional. As crianças envolvidas nos 56 programas do pré-escolar e do 1.º ciclo representaram vinte escolas e duas associações de pais, sete IPSS, e três entidades privadas. Desde 1995, que a Câmara Municipal de Palmela em parceria com a comunidade educativa desenvolve este projeto do *Fantasiarte*. É consensual que as estratégias globais de promoção do ensino de qualidade passam por esta valorização, a importância da criatividade, da educação e da sensibilidade, bem como a importância da formação de públicos e a educação pela arte é um fator de coesão social das crianças e jovens, da não-violência de afirmação cultural das identidades e da prevenção ao absentismo e, também, do insucesso escolar. Os protagonistas são as crianças e os jovens. Toda a vivacidade desta festa é da comunidade educativa do concelho de Palmela.

• **Resultados desportivos relevantes** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que Ricardo Esteves, de Pinhal Novo, sagrou-se vice-campeão ibérico de distância longa, com menos 16 anos, no 22.º Campeonato Ibérico Masculino na VIII Liga Espanhola de Orientação. No atletismo, a Associação Académica Pinhalnovense sagrou-se vice-campeã no Torneio Olímpico Jovem Distrital - troféu Alfredo Calixto com 159 pontos. Este evento desportivo destinado aos escalões de iniciados e juvenis com apuramento para a fase nacional inter-associações.

• **Sardinhada / Convívio das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**

- O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que se realizou, no passado dia 29 de maio, no Parque de Campismo e Caravanismo Vasco da Gama, em Pinhal Novo, a tradicional sardinhada das IPSS. Esta iniciativa contou com a participação de 263 idosos das IPSS do concelho. Houve convívio e baile e uma mostra do que vai ser a praia *sénior* no próximo verão.

A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** apresenta cumprimentos.

• **Semana da Energia e do Ambiente** - A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** refere que está a decorrer a semana temática denominada *Semana da Energia e do Ambiente*. A iniciativa reúne um conjunto diversificado de atividades vocacionadas para o trabalho de educação ambiental com as escolas, os cidadãos *séniores* e o público em geral. Decorreu no dia 01 de junho, a "Cãominhada Solidária", que contou com cerca de 40 pessoas e seus cães para um passeio em Pinhal Novo. Esta iniciativa serviu para sensibilizar para os direitos dos animais e recolher fundos para a PRAVI. No dia de hoje teve lugar o pedipaper "Marcas de Água" à descoberta do património natural e construído, relacionado com a água, fontanários, tanques e outras construções similares, contou com a participação de 500 alunos da Escola Secundário de Pinhal Novo. No próximo dia 11 de junho vai contar com a participação dos alunos da Escola José Saramago. Realizou-se hoje o passeio pela serra do Louro "A Floresta Através da Sabedoria Popular" para identificação de espécies e seus usos tradicionais, medicinais, culinários e outros. No dia 06 de junho, realiza-se a pedalada noturna. Um passeio que rapidamente esgotou com 61 inscritos, tem partida do Largo de São João, em Palmela, às 20:30 horas e junta o ambiente ao turismo gastronómico, com a degustação de produtos de excelência. O passeio prevê, entre outras iguarias, um Moscatel em Quinta do Anjo e termina com uma sopa caramela, na Casa Mãe Rota dos Vinhos. No dia 29 de maio - *Dia Mundial da Energia* -, realizou-se em Sintra (dinamizada pelas Agências de Energia de Sintra, Seixal, Oeiras, Setúbal, Sesimbra, Palmela e Cascais) a fase final do Campeonato "*Inter-Municipal Energy Game*", que consiste num jogo eletrónico, didático e interativo, que tem como principal objetivo transmitir conhecimentos no âmbito da sustentabilidade energética e induzir os jogadores a adotar comportamentos ambientalmente positivos. Este jogo tem como público alvo alunos do 4.º ano. O concelho de Palmela esteve representado pela Escola Básica Alberto

Valente que, na fase final, ficou classificada em 4.º lugar entre as 14 equipas. Endereça os parabéns aos alunos e professores da Escola Básica Alberto Valente pelo empenho e motivação com que trabalharam a temática da *Energia e do Ambiente*.

• **Auditoria realizada pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos)** - A **Srª. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Autarquia está sujeita à fiscalização da ERSAR, enquanto entidade gestora de sistemas de abastecimentos de água, águas residuais e resíduos urbanos. Realizou-se, nos dias 15 e 19 de maio, uma auditoria de avaliação da qualidade do serviço municipal, referente ao ano de 2013. Não existe ainda uma avaliação final, porque a ERSAR está no período do contraditório. Está em condições de adiantar que o relatório preliminar aponta para uma evolução muito positiva com indicadores como a interrupção do abastecimento de água: 44 falhas em 2012 e de 15 falhas em 2013. Estes dados preliminares associados à qualidade da água testada, pela análise sistemática que é feita, resultam em dados que atestam a qualidade deste serviço público essencial, provando que a gestão pública se pauta por padrões de exigência elevados e de comprovada qualidade na prestação do seu serviço.

O **Sr. Presidente** acrescenta que é com natural expectativa que aguarda os dados da matriz da água, referentes a 2013, o que vai permitir uma ideia mais sistematizada de vários aspetos.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no Período Antes da Ordem do Dia de:

. **Moção (Contra o encerramento de serviços hospitalares)** – A ser apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à apresentação da Moção:

MOÇÃO (Contra o encerramento de serviços hospitalares)

“O Governo fez publicar, a 10 de abril, a Portaria 82/2014, que vem propor uma reorganização da rede hospitalar, a concluir até ao final de 2015. Através deste processo, serão redefinidas as valências a disponibilizar por cada hospital.

A Portaria estabelece um sistema de classificação dos estabelecimentos hospitalares em quatro grupos, que distinguem a carteira de serviços a prestar. A concretização desta reorganização da rede saldar-se-á por um novo e debilitante ataque ao Serviço Nacional de Saúde e aos seus profissionais e, em geral, ao direito basilar e incontornável à saúde.

Na prática, e no que mais diretamente diz respeito às populações do concelho de Palmela, a Portaria prevê o fim da valência de obstetrícia no Centro Hospitalar de Setúbal, conducente ao encerramento da sua maternidade – unidade inovadora (a única da Península Ibérica a permitir os partos na água) e reconhecida pela Unicef como “Hospital Amigo dos Bebés” pela qualidade do serviço prestado. Igual sorte terá o mesmo serviço no Centro Hospitalar de Barreiro/Montijo, que perde outras valências e vê ficarem em risco especialidades fundamentais como a cardiologia, a pneumologia, a oncologia médica ou a infeciologia.

No atual contexto, onde o desemprego e as dificuldades económicas se cruzam com a falta de médicos de família e de recursos financeiros e técnicos, de encerramento de extensões e Centros de Saúde e de aumento de taxas moderadoras, as populações vivem com graves carências ao nível da prestação de cuidados de saúde, injustificáveis para um país que se diz desenvolvido, no séc. XXI. No concelho de Palmela, acresce a inexistência de uma rede de transportes adequada à sua dimensão e às necessidades das suas populações.

Politicamente, a opção pela figura de Portaria, em vez de Decreto-lei, vem confirmar, uma vez mais, a falta de abertura do atual Governo para a discussão séria com o Poder Local, a Ordem dos Médicos, os Sindicatos e os utentes, e para o debate na Assembleia da República. No entanto, a leitura do documento demonstra-nos que a carteira de valências dos hospitais em regime de Parceria Público-Privada será definida em sede de negociação dos respetivos contratos de gestão, favorecendo, uma vez mais, os grupos privados, em detrimento de um serviço público cada vez mais depauperado e afastado dos seus utentes.

Num momento em que o país regista alguns dos índices mais baixos de sempre no que respeita à natalidade e conhecendo, já, a situação de desfavorecimento da Península de Setúbal relativamente à média nacional, com o subdimensionamento dos seus Centros Hospitalares face às necessidades dos utentes, o novo cenário que nos é proposto deve unir-nos numa tomada de posição conjunta e inequívoca, que privilegie os interesses das nossas populações.

Reunida no dia 4 de junho de 2014, a Câmara Municipal de Palmela **delibera**:

1. Manifestar a sua total discordância com este processo de reorganização da rede hospitalar – em particular, com a perspetiva de encerramento do serviço de obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal, e da sua maternidade - lesivo dos direitos e interesses das populações do concelho de Palmela, mas também da Península de Setúbal e de todo o país;
2. Exigir a revogação imediata da Portaria 82/2014, de 10 de abril;
3. Exigir a sua participação nos processos de decisão relativos à organização dos Serviços de Saúde que servem o concelho de Palmela;
4. Apelar à mobilização das Juntas de Freguesia, Sindicatos, entidades representativas dos utentes e profissionais do setor, e populações, em geral, contra esta nova ofensiva ao

Serviço Nacional de Saúde e ao livre acesso a cuidados de saúde qualificados e de proximidade;

5. Enviar a presente Moção para:

- Assembleia Municipal de Palmela
- Juntas de Freguesia do Concelho
- Comissões de Utentes
- Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida
- Centro Hospitalar do Barreiro
- Centro Hospitalar de Setúbal
- Entidades representativas dos profissionais do Setor
- Grupos Parlamentares
- Ministério da Saúde.”

Sobre a Moção (Contra o encerramento de serviços hospitalares) intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que há aspetos que são preocupantes como o que tem a ver com as questões da saúde, e que dizem respeito ao concelho, ao distrito e ao país. É importante que se façam algumas reflexões e uma delas é: perceber se existem condições para, nos tempos que correm, no séc. XXI ter todos os equipamentos em todo o lado. Essa é a questão a refletir. No concreto esta Moção não faz sentido, até porque começa com um aspeto que não é verdade: o serviço de obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal não vai encerrar. É um discurso que interessa e que tem sido feito, mas não vai acontecer. Esta Moção parte de um erro de análise e tudo o que vem a seguir está inquinado à partida. Coloca as questões: Consideram que, em termos de valências, a rede hospitalar merece ser reformada? Deve ficar como está? Aham que algumas valências podem ser melhor distribuídas em termos dos centros hospitalares que servem a Península de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa? Há um problema que é difícil nos tempos que correm: não se forma um médico rapidamente! No governo anterior, foram descongelados os chamados números clausulo para a medicina, que foi uma medida importante em termos da formação de médicos, e que não permitia que a oferta se adequasse à procura, porque havia muita procura e a oferta era diminuta. Futuramente este problema poderá estar resolvido, porque a oferta de médicos estará mais adequada à procura que vai existir. A questão da falta de médicos de família e de algumas especialidades tem muito a ver com questões que existiram a montante -a formação de médicos. Em alguns serviços vai ter de existir uma reorganização, porque não serve de nada, em alguns hospitais, ter serviços que só existam no papel e que depois não prestam serviço às populações. Pergunta ao Sr. Vereador Adilo Costa o que acha que deve ser feito em termos de reorganização.

Insiste que a questão do encerramento do serviço de obstetrícia e da maternidade no Centro Hospitalar de Setúbal não corresponde à realidade. É um erro à partida que vicia o resto da Moção.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** apresenta cumprimentos.

A **Sr.ª. Vereadora Natividade Coelho** refere que a saúde é uma área muito cara ao PS, assim como o Serviço Nacional de Saúde e a manutenção e defesa desse mesmo serviço. Reconhece que são precisas remodelações e adequações em função das realidades que se vão vivendo. Em relação à Moção e à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere o seguinte: a linguagem utilizada contra o atual Governo pode ser redigida de outra maneira. Contudo, o que está em causa, nesta Moção, é uma visão estratégica para a Península de Setúbal. Consiste em quem consegue e quem quer olhar para a Península de Setúbal como uma afirmação e um contraponto àquilo que é a outra margem da Área Metropolitana de Lisboa e, de facto, mesmo reconhecendo que não se pode ter tudo em todo o lado, há que reconhecer que perder valências na área da saúde e, concretamente, nos cuidados hospitalares é, do ponto de vista estratégico da afirmação da Península e do seu desenvolvimento, mau. É necessário ter, dentro da Área Metropolitana de Lisboa este contraponto que tem de ser feito aos vários níveis do desenvolvimento.

Acrescenta o desastre nacional que se atingiu relativamente à natalidade e ao que os demógrafos consideram o ponto crítico, enquanto sociedade, a diminuição da proporção entre os nascimentos e os óbitos. Para isso contribui a emigração da população em idade fértil. Nesse sentido, há uma grande preocupação e um enorme discurso, por parte do Governo, relativo a como se inverte a questão da natalidade, foi até criado um grupo para estudar medidas para o efeito. Relativamente à natalidade e à inversão desta tendência, há que tomar medidas, mas parece que há falta de visão estratégica. Isso é que a preocupa: a falta de visão estratégica e a necessidade de remodelar e/ou fechar serviços.

O **Sr. Presidente** esclarece que a Portaria é clara e refere quais são as maternidades a encerrar até 31/12/2015 e porque é que podem vir a encerrar estas maternidades – o facto de os hospitais e/ou unidades locais de saúde estarem inseridas e classificadas no nível 1 perdem a especialidade de obstetrícia. Esta é a interpretação da Portaria e, nesta legislação, está o Centro Hospitalar de Setúbal e o Centro Hospitalar de Barreiro/Montijo. Dirige-se ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro dizendo que neste órgão é Vereador, mas não deixa de estar vinculado à função de deputado da nação e deputado eleito pelo Círculo Distrital de Setúbal. Não deixa de ser um paradoxo, quando o Governo tem brindado com vários estudos de reestruturação de serviços públicos (que visam apenas reduzir / encerrar serviços / fazer mobilidade reforçada de alguns profissionais /"livrar-se" de alguns deles - uns que emigrem outros que vão para o setor privado, despedir alguns) e ainda tem o "descaramento" de chamar a este programa o "programa aproximar". Ainda há muito debate para fazer sobre esta matéria e a forma como

este Governo se pretende desresponsabilizar de funções que são responsabilidade da Administração Central. Haverá oportunidade para discutir este tema em vários setores de atividade e em várias áreas que são nevralgias e sensíveis para a prestação de serviços à população. Afirmo que são os representantes dos cidadãos que pertencem a uma rede de serviços públicos locais que são muitas vezes chamados a intervir, colmatar, ceder terrenos, facilitar e mediar, e, depois, para estas matérias a Autarquia não é ouvida? Nem a Autarquia, nem Ordem dos Médicos! Esta não é forma de trabalhar num regime, que se pretende que seja um regime que promova a participação democrática dos vários patamares da administração para encontrar soluções. Sabe-se que há dificuldades no país, mas deve-se fazer um debate e uma intervenção para encontrar soluções. Gostaria de saber quais são os serviços que estão criados em Setúbal que não estão a funcionar? O Sr. Vereador Paulo Ribeiro tem conhecimento de que serviços desapareceram em Setúbal, já numa anterior reestruturação? Esta Portaria visa, no fundo, desinvestir nos cuidados de saúde hospitalares, através da desclassificação de alguns dos hospitais existentes para fechar alguns serviços; alguns de grande qualidade técnica, para despedir profissionais de saúde, impor a mobilidade forçada e há, inclusivamente, profissionais que andam a apontar este perigo há alguns anos. Isto está a confirmar-se. Limita-se o acesso dos cidadãos à saúde. Os bombeiros até recebem mais “qualquer coisa” pelo litro de gasóleo, mas continua a ser insuficiente. Muitos cidadãos devem o transporte aos bombeiros, porque não têm condições para pagar a fatura do transporte para os hospitais. Em vez de serem transportados para o Hospital de Setúbal vão para o Centro Hospitalar Oriental de Lisboa. Não é esta a visão do Governo? Entendem que é necessário racionalizar recursos! Existem excelentes indicadores de referência e, de facto, o que o Governo está a conseguir fazer, é com que alguns profissionais (“fartos de tudo isto”) vão para a mobilidade ou vão para o privado. Isto é uma tentativa de viabilizar unidades privadas de saúde (que não estão a ter o rendimento que era esperado). Este mesmo Estado, que não tem dinheiro para investir num hospital público e lhe retira sinais e possibilidades de trabalho retira-lhes serviços, profissionais, valências para exames de diagnóstico, paga muito mais caro aos privados, pois as pessoas quando estão em desespero e em último recurso, recorrem ao privado. Em suma: estão a financiar-se serviços privados e grupos económicos e seguradoras, em vez de financiar aquilo que é público.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que esta é a primeira vez que ouve que os centros hospitalares da Península são excedentários, na generalidade são complementares. Não é por acaso que se fala de um outro equipamento de proximidade, também complementar ao Hospital Garcia da Horta que é o Hospital do Seixal. Realça as capacidades instaladas, o reconhecimento, e garante que, neste momento, há serviços diferenciados, no serviço às populações da Península de Setúbal. Em relação à Portaria 82/2014, para além da oportuna intervenção do Sr. Presidente, esta não é a primeira vez que a maternidade do Centro Hospitalar de Setúbal está em risco. Já houve recuos no passado. Espera-se que, com a tomada de posição dos Municípios, utentes e entidades que trabalham no setor das populações haja,

novamente, um recuo. Mas, a Portaria é muitas vezes vaga, provavelmente “propositadamente” vaga. A leitura tem de ser feita com base noutros documentos, nomeadamente com o relatório existente e que refere a criação dos centros de referência e nas cartas dos equipamentos de saúde e tudo isto cruzado, é assombroso. Faz referência à via verde coronária já debatida em tempos. Porque quem está mais a Sul (em Grândola, Alcácer do Sal ou Sines) e tenha necessidade de se deslocar a uma emergência vai parar ao Norte de Lisboa. Se há condições para estarem instaladas em Setúbal porque razão as vão desinstalar? No período noturno as urgências nas várias especialidades e até agora garantidas por Hospitais da Área Metropolitana de Lisboa passam a estar localizadas em dois centros hospitalares: Lisboa (Norte) e Lisboa (Central) com rotatividade mensal, o que vai gerar perturbações no funcionamento de valências nos centros hospitalares da Península, a nível de urologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, psiquiatria, cirurgia plástica, neurologia, etc.. O Hospital Garcia da Horta vai ficar bloqueado, bastando um surto de gripe para ficar bloqueado. Os Municípios têm muito a aprender com as entidades que trabalham com esta matéria-prima, até porque a especialidade dos Municípios nem é a saúde. Há que prestar a maior atenção àquilo que se passa no território. Isto não é uma questão corporativa, é algo muito mais grave e que lesa a saúde da população.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** repara que o Sr. vereador Adilo Costa falou em questões importantes: a via verde coronária e as populações a Sul do Sado na área de influência do distrito de Setúbal. A proximidade do Centro Hospitalar de Setúbal, não só em termos de serviço, como até da rapidez de deslocação, para questões que têm a ver com a utilização dos serviços de cardiologia, é evidente que este Centro Hospitalar é o que faz sentido, mas esta é uma reflexão diferente. A presente Moção tem erros, porque prevê situações que não vão acontecer. A questão do encerramento, entre outras, do serviço de obstetrícia não corresponde à verdade. Vai abster-se na votação desta Moção, porque não vai ser posta em causa a saúde das na Península de Setúbal. Apesar da proximidade de Lisboa, refere que a Península de Setúbal tem quase 900 mil habitantes e não podem todos deslocarem-se a Lisboa. Esta Moção faz uma leitura enviesada da Portaria. Insiste que não vai haver o encerramento da obstetrícia no Centro Hospitalar de Setúbal. A reforma do Serviço Nacional de Saúde, nas mais variadas valências vai ser feita numa perspetiva de continuar a prestar serviços de qualidade à população, mas tem de ser sustentável, porque se não o for, a prazo vão deixar de ser prestados serviços de qualidade. Isso é inequívoco.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** dirige-se à Sr.ª Vereadora Natividade Coelho, dizendo que o encerramento ou a abertura de mais maternidades não tem melhorado a taxa de natalidade. Assim percebe-se que, em tempos, o Governo do PS tenha encerrado algumas maternidades, tendo obrigado que uma série de nascimentos tenham acontecido em Espanha. Pergunta se esta medida não terá sido um fator de redução da natalidade. Opina que o problema da diminuição da natalidade em Portugal e na Europa é mais profundo e deve-se, infelizmente, a questões de natureza económico-financeira.

Submetida a Moção (Contra o encerramento de serviços hospitalares) a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia:

• **Concurso para a reparação de mobiliário urbano** - A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** questiona se já houve *concurso para a reparação de mobiliário urbano*, uma vez que há algum tempo foi dado conhecimento que o mesmo iria ser realizado. Consta que ainda existem bancos num adiantado estado de deterioração. Qual o critério usado para esta substituição progressiva do mobiliário e suas reparações? Opina que deviam ser priorizados o conserto/substituição do mobiliário urbano situado em parques infantis ou em espaços utilizados por crianças e pessoas mais idosas.

• **Largo de São João, em Palmela** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** chama a atenção para o facto de entre o meio-dia e as quatro da tarde não há um banco no Largo do S. João, em Palmela, que esteja à sombra. É lamentável a forma como foi desenhado o lazer neste espaço. O ritmo de crescimento das árvores é demorado e a colocação do mobiliário urbano está errada.

• **Atividades para a ocupação das férias escolares** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** gostaria de saber se existem planos para as férias escolares no período de Verão com atividades para comunidade educativa. Gostaria ainda de saber se está planeado a continuação do programa de alimentação escolar para as crianças mais carenciadas, durante este período do Verão.

• **Necessidade de desmatção nas Estradas Municipais** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que se tem apercebido do enorme esforço que tem sido feito relativamente à limpeza e desmatção em muitas zonas do concelho, o que é de realçar atendendo à aproximação da época de fogos florestais, relativamente às estradas municipais já não acontece o mesmo. Há certamente zonas que devem ter sido classificadas como prioritárias, pelo que gostaria de saber qual vai ser a sequência dos trabalhos.

• **Plano Municipal de Segurança Rodoviária** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona se a Autarquia já tem algum trabalho desenvolvido em relação à revisão da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, sendo que um dos pontos a que esta Estratégia Nacional dá muito

enfoque é aos *Planos Municipais de Segurança Rodoviária*, uma vez que devem estar terminados ou em adiantada fase de elaboração durante o ano de 2015. Atendendo a que Palmela é um concelho extenso e é atravessado por inúmeras estradas nacionais, este Plano Municipal será certamente importante, não só para a segurança dos munícipes, mas também para quem aqui circula e para quem visita o concelho. Há algum trabalho a ser desenvolvido neste sentido?

Face às questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia*, foram dadas as seguintes respostas:

– **Concurso para reparação de mobiliário urbano** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Presidente** refere que não tem ideia de ter dado conhecimento acerca de um *concurso para reparação / substituição de mobiliário urbano*. Recorda que foi celebrado um acordo de execução com as Juntas de Freguesia do concelho para a conservação e manutenção de mobiliário urbano. Desde o dia 30 de abril último, que a recuperação de bancos, pilaretes, mesas, entre outros, está delegada nas Juntas de Freguesia. Todas as notas que chegam à autarquia, como sejam, observações / sugestões / reclamações dos munícipes são encaminhadas para as Juntas de Freguesia. Constatou há cerca de uma semana que a Junta de Freguesia de Palmela teve o cuidado de recolocar e aparafusar todos os bancos que não estavam no devido lugar, no Largo de São João, em Palmela, e tem também um plano para a substituição de algumas tábuas partidas e aplicação do produto bondex. A informação que se recorda de ter dado, dizia respeito à intenção do Município intervir na manutenção dos abrigos de passageiros que são, também, uma peça de mobiliário urbano, sobretudo os que estão à beira das duas Estradas Nacionais e atravessam os principais núcleos urbanos e de vir a concessionar a uma empresa de publicidade (como se faz noutras cidades do país e do mundo) o espaço para que sejam estas a fornecer o mobiliário urbano. A preparação deste concurso e elaboração do caderno de encargos é um processo demorado, mas é uma forma e uma tentativa de atração das empresas para esse investimento específico. Adianta, como informação, que há cerca de duas semanas foram assinadas as autorizações de cabimento para reparações de abrigos de passageiros em Quinta do Anjo, Pinhal Novo, Marateca, designadamente, em locais mais próximos das escolas e em zonas mais concorridas.

– **Largo de São João, em Palmela** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Presidente** admite que possam existir alguns bancos que podem vir a ser relocados, para as pessoas beneficiarem de sombra. Refere que a espécie olaias demora tempo a crescer, mas são uma excelente opção estética. Gostava muito de ter acácias e jacarandás, porque dão umas folhas bonitas e coloridas. Os plátanos que são uma árvore que muita gente não gosta são, afinal, uma árvore de sombra. Noutras localidades do concelho, as

peessoas querem que a poda seja feita em qualquer altura do ano, mas depois de esta ser feita, dizem que não existe sombra nos parques. Às vezes não é fácil encontrar um meio termo. Menciona que a situação no Largo de S. João, em Palmela, vai ser estudada, sobretudo para averiguar da possibilidade de alguns bancos poderem vir a ser relocados sem estragar a estética deste espaço que, felizmente, continua a ser muito usufruído e elogiado por muitos palmelenses e por muita gente que visita Palmela.

– **Atividades para as férias escolares** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Presidente** refere que o Município não quer estatizar os programas para as *Férias escolares* e, felizmente, há muitas ofertas, mas têm de ser pagas mesmo as que são de cariz municipal têm de ser comparticipadas. As Juntas de Freguesia também possuem programas próprios para este período das *férias escolares*.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que é bastante pertinente a questão levantada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho sobre a alimentação escolar. A este respeito tem a referir que as interrupções letivas devidas em período de férias passadas (Natal e Páscoa) ainda denotam alguma deficiência quanto à alimentação escolar, uma vez que houve uma reação negativa por parte das famílias, porquanto não encaminhavam diariamente os seus filhos para as escolas e estes acabavam por ir só nalguns dias. É preciso criar habituação no sentido de as crianças serem servidas de refeição diariamente. Os técnicos da Câmara Municipal consideraram por bem que esta prática devia ser incentivada e aprofundada, em vez de ser retirada.

Sobre os programas para as *Atividades para as férias escolares*, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que estão identificados 50 alunos pelo Agrupamento de Escolas do Pinhal Novo. Este é um processo que está a ser articulado com o Núcleo Distrital de Setúbal da Rede Europeia Anti-pobreza e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Existem vários parceiros que estão no terreno, por exemplo: a Junta de Freguesia de Pinhal Novo tem em programação as férias culturais; a Comissão Social de Freguesia da União das Freguesias de Poceirão e Marateca também tem um projeto para as férias escolares; o Centro Comunitário de São Pedro da Marateca também tem, assim como muitas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Várias Associações de Pais têm a intenção de fazer um *interface* com o Dançarte ou a Palmela Desporto para as férias de Verão dos seus filhos. As *atividades para as férias escolares* são uma necessidade. Não são gratuitas, mas poderá haver apoios para os que têm menores possibilidades.

Em relação à manutenção do Programa de Alimentação Escolar no período das férias letivas do Verão, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que o problema que existe neste período se deve, possivelmente, à inexistência de transportes escolares.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** observa que provavelmente não são só as crianças que têm carências ao nível da alimentação, as suas famílias também terão, pelo que pergunta se este apoio das cantinas escolares está previsto, para os casos mais gritantes, também ser extensivo às famílias das crianças identificadas como necessitando deste apoio.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que estão identificadas as famílias com necessidades e a informação é disponibilizada às Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Instituições que fazem parte da Comissão Social de Freguesias para agirem no terreno.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** insiste na pergunta: se haverá possibilidade de nas cantinas escolares serem fornecidas refeições às famílias das crianças identificadas com carências.

O **Sr. Presidente** responde que não se pode transformar os refeitórios escolares em cantinas sociais, senão não seria necessário o Instituto de Segurança Social, nem as Instituições que trabalham nesta área.

O **Sr. Presidente** explica que o escrutínio das necessidades de seriação é feito em articulação com outros intervenientes da rede social e no âmbito das Comissões Sociais de Freguesia. A resposta mais genérica às famílias tem de ser articulada com as Instituições que estão no terreno.

Conclui dizendo que existem um conjunto de instituições sociais do concelho a passar momentos difíceis, porque os contratos e os acordos que mantêm com a Segurança Social, bem como outro tipo de compromissos, não estão a ser cumpridos.

– **Necessidade de desmatção em Estradas Municipais** - (Questão colocada pela Sr.^a Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** refere que está adjudicado em *outsourcing* uma empreitada para desmatção de bermas. Neste momento os trabalhos decorrem nas zonas da Circular Sul e a Norte da Autoeuropa. Existe um plano de trabalho e a prioridade são os acessos à Serra dos Barris e ao espaço dos Gaiteiros. Esta prioridade tem a ver com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Entretanto, por administração direta, já foi feita esta intervenção na E.M. 533 que é a estrada mais longa do concelho (inicia no Penteado e acaba na passagem de nível do Poceirão), faltam as intervenções de desmatção em Lagameças, Areias Gordas e no Caminho Municipal 1029. O percurso desde a Quinta do Anjo até ao Pinhal Novo também está feito, assim como há ruas na Carregueira e em Fonte da Vaca que estão intervencionadas. No Lau também estão feitos alguns. Existe ainda a intervenção nos aceiros que estão à responsabilidade das Juntas de Freguesia no âmbito do protocolo para a conservação de caminhos que, também, prevê a desmatção em bermas. A programação das intervenções segue para Marateca e Poceirão. Há um plano de trabalho a seguir, mas a prioridade é a Serra por uma questão de prevenção dos incêndios. A Autarquia tem vindo a insistir para que as Estradas de Portugal também façam a limpeza de desmatção nas Estradas

Nacionais. Ocorreu, este ano, uma pluviosidade e um calor excessivo e depois, de novo, a chuva, pelo que a vegetação que havia sido cortada em alguns sítios voltou a nascer. Tem sido um ano difícil. Noutros anos, à data de 31 de maio, já está cerca de metade do trabalho feito, e este ano apenas 1/3. Com a adjudicação do serviço prevê-se recuperar a efetivação do trabalho.

– ***Plano Municipal de Segurança Rodoviária*** - (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro*) – O **Sr. Presidente** refere que a Autarquia tem conhecimento dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária e tem procurado fazer *benchmarking* junto de várias entidades. Exista o *Plano Municipal de Segurança Rodoviária* no papel ou não, está implícito no conjunto das intervenções programadas e no conjunto das zonas sinalizadas como zonas críticas. São particularmente preocupantes os chamados pontos negros nas Estradas Nacionais. Alguns dados que surgem na imprensa merecem reflexão e apontam para uma sinistralidade no concelho de Palmela que dá a sensação que a rede viária municipal é “terceiro mundista”. Analisado em pormenor: 70% dos acidentes acontecem em Estradas Nacionais e em autoestradas. Finaliza dizendo que o *Plano Municipal de Segurança Rodoviária* está a ser trabalhado na Divisão de Logística e Conservação.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** acrescenta que ainda há relativamente pouco tempo, foram convidados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses a falar deste assunto, porque há um atraso na lei quanto à classificação das estradas. Faz parte do plano estratégico que está a ser preparado e a ser acordado com as Estradas de Portugal alguma das questões que o Sr. Presidente referiu. Ontem houve uma reunião com as Estradas de Portugal para negociar algumas situações que estavam pendentes e, provavelmente, haverá outras. A elaboração deste *Plano* depende da Autarquia com o envolvimento de outras entidades, mas todos estão apostados na sua concretização, até porque é uma questão estratégica.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, no período compreendido entre 21.05.2014 e 03.06.2014.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 19.05.2014 a 30.05.2014.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 21.05.2014 a 03.06.2014, no valor de 1.906.556,23 € (um milhão, novecentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e vinte e três cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 03.06.2014, apresenta um saldo de 7.904.273,90 € (sete milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e setenta e três euros e noventa cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 6.857.632,36 € (seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois euros e trinta e seis cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.046.641,54 € (um milhão, quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

GABINETE DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS

Pela **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Protocolo entre o Município de Palmela e a E.P. – Estradas de Portugal, S.A., para a execução de uma rotunda na E.N. 379 ao Km 35+000.

PROPOSTA N.º DAGOT_GEPE 01_12-14:

«Na prossecução da política de infraestruturação e melhoria da segurança rodoviária no concelho que o Município de Palmela tem vindo a desenvolver, e face à inércia das entidades responsáveis quanto à resolução do problema de tráfego existente no local, a Câmara Municipal de Palmela realizou um projeto para a construção de uma rotunda, no cruzamento da EN 379 com a EM 532, habitualmente designada como estrada do Cemitério e Rua de São Julião.

O referido projeto foi desenvolvido em estreita colaboração com as Estradas de Portugal, S.A., tendo merecido a aprovação por parte desta entidade, pelo que, posteriormente, a Câmara Municipal de Palmela procedeu à abertura de procedimento de concurso público para a execução da rotunda através de empreitada de obras públicas.

Considerando que os trabalhos relativos à empreitada se desenvolverão, na sua maioria, na E.N. 379, via sob jurisdição das Estradas de Portugal, S.A., é necessário definir previamente as condições em que os mesmos se irão realizar e estabelecer os direitos e obrigações do Município e da Estradas de Portugal, S.A., durante a vigência do contrato e ao longo do prazo de garantia da obra.

Neste contexto, **propõe-se**, ao abrigo da alínea r) do nº 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Projeto de Protocolo a estabelecer entre o Município de Palmela e a Estradas de Portugal, S.A., para efeitos de execução da referida rotunda, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de *Protocolo entre o Município de Palmela e a E.P.* numerada *DAGOT_GEPE 01_12-14* intervêm:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que quando leu o Protocolo ficou com a sensação de existirem tantas obrigações para o Município e tão poucas obrigações para as Estradas de Portugal. Entretanto leu num parecer um “desabafo” da Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, que é já o desespero de tanta negociação que foi preciso fazer. Certamente este Protocolo terá sido o melhor que se conseguiu. Quer registar que este Protocolo é muito desigual e a atitude por parte das Estradas de Portugal que deixa transparecer como controlando tudo. Acompanha tudo (antes, durante e depois) e é preciso pedir autorização para tudo, e quem despende o dinheiro é o Município. A consulta aos dossiês permite-lhe concluir que a negociação não deve ter sido nada fácil. É um contrato desigual, mas quem precisa da rotunda executada é a Autarquia. Em termos de histórico já eram para existir

três rotundas (uma junto ao Intermarché - Palmela, outra na Volta da Pedra - Palmela e esta na E.N. 379 – Palmela). Recorda que, em julho de 2013, ainda eram discutidas a execução de duas rotundas. Pergunta qual é o ponto de situação relativamente ao processo para execução das duas restantes rotundas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que é do seu conhecimento como é o funcionamento das Estradas de Portugal - acha que é um Estado dentro do próprio Estado e que podem obrigar tudo e todos a fazer o que eles próprios entendem. Evidentemente que há questões que a Autarquia tem que cumprir e teria sempre que cumprir, independentemente de haver Protocolo ou não. Concorde em absoluto com a intervenção da Sr.ª Vereadora Natividade Coelho e está certo que é, também, o que a maioria do executivo pensa. A Câmara Municipal de Palmela, tal como qualquer instituição pública, está obrigada a cumprir a lei do País e, naturalmente, tem que cumprir entre outras, as obrigações de contratação do empreiteiro em termos de concursos e dos alvarás necessários. A questão que se coloca é a seguinte: porque razão é que as Estradas de Portugal precisam do n.º 6 da cláusula 2.ª quando se refere que, depois da escolha em concurso público, a Autarquia tem de fazer uma comunicação prévia do empreiteiro escolhido. Para que é que as Estradas de Portugal precisam saber isto? Se o empreiteiro não cumprir o alvará a que está obrigado e a Autarquia lhe faça a adjudicação da obra tem, naturalmente, de ser penalizada, porque está a desrespeitar a lei. Mas, as Estradas de Portugal agora fiscalizam a Câmara Municipal de Palmela? Para que existe afinal o Tribunal de Contas? As Estradas de Portugal é que precisam de ser muito fiscalizadas. Vai votar favoravelmente a proposta, porque a Autarquia precisa da rotunda executada. Mas custa que num país no séc. XXI ainda existam organismos no Estado que se comportem desta maneira! A Autarquia é um órgão do Estado previsto na Constituição da República Portuguesa e as Estradas de Portugal é uma empresa pública com um comportamento destes!

O **Sr. Presidente** refere que ele próprio sublinha, também, o direito à indignação por algumas das cláusulas que foram impostas. Recorda que são dois anos de negociação. Em janeiro do ano transato estava tudo acordado com o anterior diretor das Estradas de Portugal, que se aposentou. Em abril foi trazida a reunião de Câmara a aprovação do projeto. Estava tudo acertado, e depois o processo foi encaminhado primeiro para Setúbal e em seguida para Almada, e de Almada para uma direção em Lisboa. Há, por duas vezes, mudança de diretores, de técnicos que acompanham o processo, de juristas, e mais lastimável é: chegar ao final das reuniões com texto acertado e depois a Câmara receber o texto por *email* e este não corresponder àquilo que tinha sido contratualizado. A Autarquia está muito empenhada em fazer esta rotunda e dignificar esta entrada de Palmela. É um esforço que o Município vai fazer, mas é por uma boa causa.

Acrescenta que, relativamente à rotunda na Volta da Pedra, esta continua a fazer parte das condições de aprovação do investimento de uma superfície comercial que pretende instalar-se naquele local (os interessados na construção desta superfície comercial têm trabalhado e

contatado a Câmara Municipal com frequência e não têm desistido, portanto, têm a assunção desse compromisso e junto das Estradas de Portugal têm tentado obter um Protocolo desta natureza). Espera que eles não desistam de fazer o investimento em Palmela e esse investimento tem o benefício de criar na Volta da Pedra uma nova acessibilidade em termos de funcionalidade e escoamento do trânsito.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

PONTO 2 – Empreitada de “Execução de rotunda na E.N. 379” – Adjudicação da empreitada.

PROPOSTA N.º DAGOT_GEPE 02_12-14.

«Em reunião de Câmara realizada em 17 de julho de 2013 foram aprovadas as peças do procedimento (anúncio, programa de concurso e caderno de encargos) para o concurso público para adjudicação da empreitada de “Execução de Rotunda na EN 379”.

Trata-se de uma obra que se espera de grande impacte positivo na segurança rodoviária e fluidez do tráfego naquele local, a qual a Autarquia se propôs realizar apesar de não ser sua obrigação, uma vez que aquela via se encontra sob jurisdição da Estradas de Portugal, S.A..

Concluída a análise das propostas admitidas a concurso, pelo júri do procedimento nomeado para o efeito, no respeito pela alínea b) do n.º 1, do art.º 18º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a adjudicação da referida empreitada.

Assim, tendo em consideração os fundamentos constantes no relatório final de análise de propostas, documento que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido, **propõe-se**, nos termos da alínea f) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação nº 46-C/2013, de 01 de novembro, e nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 18º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, que a Câmara Municipal **delibere**:

1. A aprovação da admissão e respetiva ordenação, para efeitos de adjudicação, das propostas identificadas no ponto 1.1 do relatório final;
2. A exclusão do concorrente Cordivias – Engenharia, Lda., por não ter apresentado na sua proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar, correspondentes às habilitações contidas nos alvarás, nos termos do nº 4, do artº 60º, do CCP.
3. A adjudicação da referida empreitada à firma Canana & Filhos – Empreiteiros, Lda, classificada em 1º lugar, pelo valor da sua proposta de 292.636,16 € (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e seis euros e dezasseis cêntimos) que acrescido do valor de 17.558,17 € correspondente ao IVA à taxa legal em vigor, perfaz o valor

total de 310.194,33 € (trezentos e dez mil, cento e noventa e quatro euros e trinta e três cêntimos) e pelo prazo de execução de 120 dias.

O encargo da despesa deverá ser considerado no código do plano 3.3.1.01.005 e na rubrica orçamental 0303/07010401 do orçamento em vigor.»

Sobre a proposta de *Empreitada de "Execução de rotunda na E.N. 379" – Adjudicação da empreitada numerada DAGOT_GEPE 02_12-14* intervêm:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** observa que é fundamental serem disponibilizados aos Vereadores da Oposição o acesso aos dossiês para conseguirem acompanhar as questões que se propõem à deliberação deste órgão. É muito difícil ser solidário com as propostas em termos da votação, quando não se tem devido conhecimento da realidade, e sobretudo quando há exclusão de concorrentes. Consideram a informação insuficiente: é referido que há uma poupança de 60 mil euros, mas não se consegue perceber a exclusão.

O **Sr. Presidente** presta o seguinte esclarecimento: habitualmente os serviços tentam enviar as propostas até ao meio dia de sexta feira anterior à reunião de Câmara. Relativamente aos processos que acompanham as propostas, há necessidade de o próprio executivo precisar de os consultar e estudar. Com articulação do Gabinete da Presidência podem os Srs. Vereadores da Oposição acordar a disponibilização dos dossiês, por exemplo, na segunda-feira para a Oposição e na terça-feira para a maioria.

Adianta que o prazo para execução desta é de 120 dias. Há a necessidade de a firma adjudicatária apresentar os documentos a que está obrigada. Prevê-se que a obra se inicie no dia seguinte ao fecho da Festa das Vindimas, sem prejudicar os acessos a Palmela para manter o trânsito franco e fluído.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro ao Clube Desportivo Pinhalnovense.

PROPOSTA N.º DEIS 01_12-14.

«No âmbito de candidatura promovida pela Federação Portuguesa de Futebol, a uma linha de apoio à realização de obras de melhoramento das infraestruturas desportivas nos clubes, o Clube Desportivo Pinhalnovense propôs-se realizar um conjunto de obras no Campo Santos

Jorge, tendo sido aprovado, na reunião pública de 21 de agosto de 2013, da Câmara Municipal de Palmela, um apoio financeiro à realização das referidas obras no valor de 4.500,00 €, correspondente a 50% do encargo previsto, a suportar pelo clube.

Com o desenrolar das obras, verificou-se a necessidade de realizar várias intervenções que não estavam inicialmente consideradas nem orçamentadas, o que teve como consequência um acréscimo de 12.099,68 € à despesa inicialmente prevista, sendo a despesa total da obra de 57.099,68 €.

Finalizada a intervenção, o clube apresentou documentação de suporte e justificação do acréscimo das obras e consequentemente da despesa, tendo solicitado à Autarquia um apoio financeiro para fazer face à dívida para com os fornecedores, a qual ascende a 8.360,00 €.

Considerando a pertinência das obras realizadas e as mais-valias que as mesmas trarão, designadamente numa perspetiva de deslocação para o Campo Santos Jorge de atividades e serviços atualmente localizados na loja da Pluricoop, bem como tendo em conta as dificuldades financeiras que o clube atravessa, torna-se primordial o reforço do apoio financeiro.

Neste sentido, e de acordo com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro ao Clube Desportivo Pinhalnovense, no valor de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros), o qual se destina a comparticipar as despesas extraordinárias nas obras de melhoramento do Campo Santos Jorge.»

Sobre a proposta de *Atribuição de apoio financeiro ao Clube Desportivo Pinhalnovense* numerada *DEIS 01_12-14* intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, quer a informação técnica, quer a proposta fazem referência a intervenções que foram necessárias com o desenrolar das obras. Questiona sobre a natureza das intervenções, se a Autarquia tinha conhecimento das mesmas e se acompanhou as obras. Salaria que o Clube Desportivo Pinhalnovense não tem meios técnicos. Normalmente, a Autarquia é quem disponibiliza os apoios técnicos para acompanhamento e fiscalização das obras. Comenta que este apoio financeiro é igual àquela que foi dada inicialmente, também, de 4.500 euros. Gostaria que fosse explicado este valor.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** alude à carta que o Clube Desportivo Pinhalnovense enviou muito bem discriminada com as obras que tinham sido protocoladas, e aquelas que foram a mais e justificaram a intervenção do Município. São essencialmente intervenções de interior: a sala do médico, a sala de fisioterapia, a sala da direção, a sala de arrumos. Lamenta que a carta não tenha acompanhado o processo.

O **Sr. Vereador António Braz** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a dúvida dos Vereadores do PS prendia-se com o valor das obras e o apoio da Autarquia, uma vez que dava a ideia que o Protocolo tinha sido

dividido em duas fases (4.500 euros para o ano passado e 4.500 euros para este ano), mas ficaram esclarecidos que não era assim. Votarão favoravelmente a proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical.

PROPOSTA N.º DCCT 01_12-14.

«Tendo presente a forte implantação da música no nosso concelho e a importância que ela representa para o bem-estar das populações e para o seu desenvolvimento cultural, desde há muito que a Câmara Municipal de Palmela tem apoiado as estruturas associativas do concelho que desenvolvem atividade nesta área.

Estes apoios tiveram expressão na atribuição de subsídios às escolas de música das associações que promovem formação musical, das quais se destacam as sociedades filarmónicas pelo seu inestimável trabalho, sobretudo junto dos jovens, na promoção e divulgação desta arte, garantindo que o concelho de Palmela apresente um elevado número de bandas filarmónicas.

Em razão das conhecidas limitações financeiras da Autarquia, este apoio foi interrompido em 2011.

Tem sido preocupação do Município contribuir para a dinâmica cultural e associativa do concelho e das estruturas que promovem atividades, em particular as que se dedicam à formação artística, nas diversas modalidades.

Nesse sentido e ponderadas as possibilidades de retomar o apoio financeiro, considera-se que pelo trabalho na área da formação musical, devem ser apoiadas financeiramente as associações que, de forma continuada, mantêm em funcionamento escolas de formação musical dedicadas à manutenção dos seus agrupamentos musicais.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea u) n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de apoios financeiros, no valor global de 5.000,00 € (cinco mil euros), destinado ao funcionamento das escolas de música das associações abaixo identificadas:

. Sociedade Filarmónica Humanitária – 1.100 €;

- . Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" – 1.100 €;
- . Sociedade Filarmónica União Agrícola – 1.100 €;
- . Sociedade de Instrução Musical – 1.100 €;
- . Orquestra Nova de Guitarras – 600 €.»

Sobre a proposta de *Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical* numerada *DCCT 01_12-14* intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** começa por referir que uma das questões que os Vereadores Socialistas pretendem ver debatida é a revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, que o Sr. Presidente já informou que até ao final do ano será apresentado. Entendem a lógica de atribuição dos valores, no entanto, o anterior regulamento estava mais equilibrado em relação ao número de alunos que cada Escola Filarmónica tinha. Observa que na reunião de 17/11/2010, as verbas atribuídas às Filarmónicas era feita com base no número de alunos, gostaria de ser esclarecido do porquê da alteração do critério que havia em relação a 2010.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que, tal como já foi dito, a revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo está em curso. O número de alunos poderá ou não ser um dos critérios, em momento oportuno isso será debatido. Explica que a opção de atribuir uma verba idêntica para as quatro Filarmónicas, independentemente do número de alunos que têm, reverte na observação de que há uma diferenciação relativamente à Orquestra Nova de Guitarras. Essa diferenciação tem precisamente em linha de conta o facto de a formação, no caso das Filarmónicas, incidir sobre um maior número de instrumentos e, consequentemente, de mais formadores, e necessariamente com mais custos para as Filarmónicas. Este incentivo financeiro, insere-se naquilo que tem sido a estratégia do Município: o apoio à formação nas diversas áreas culturais. É intuito do Município assegurar nos Protocolos firmados uma componente de apoio à formação, voltada para o futuro. Como exemplo: a proposta que veio numa anterior de apoio financeiro aos Ranchos Folclóricos onde foi privilegiada a diferenciação positiva aos Ranchos que têm escolas de folclore ou ranchos infantis, e outra proposta de apoio aos grupos de teatro amadores e às companhias de teatro e dança profissionais, como é o caso do Bando e da Dançarte.

O **Sr. Presidente** refere que vai haver oportunidade para discutir os critérios quando for trazida a reunião de Câmara a proposta de revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, mas alguns dos critérios que acabam por determinar os valores, são critérios que podem conduzir ao desvirtuar daquilo que deve ser um apoio público, nomeadamente à dinamização dos locais onde há menos gente. Dá o exemplo: a Sociedade de Instrução Musical está a começar com uma banda de gente muito jovem e com poucos elementos. Considera-se, neste contexto, que deve ser mobilizada uma verba para esta área que tem uma importância fundamental na formação musical dos jovens munícipes no concelho. A temática dos

regulamentos, no futuro, vai ser uma discussão muito interessante e apaixonante e não há pressa, porque não há interesse em reproduzir o antigo regulamento. Os tempos obrigam a introduzir outros critérios que serão discutidos e, para isso, vão ser recolhidos contributos para o Regulamento de Apoio ao Associativismo que irá vigorar.

Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que o Sr. Vereador António Braz disse, na sua intervenção, o essencial do que ia dizer. Uma vez que a proposta em apreciação contempla todos os apoios para esta área – o apoio às associações culturais do concelho com formação musical - fica perceptível a lógica que foi usada e serviu de base à proposta. Reforça a necessidade de existência do Regulamento em questão, devendo a discussão do mesmo acontecer atempadamente neste fórum político. É de louvar que um apoio que foi “cortado” em 2011, por dificuldades financeiras do Município, seja agora retomado; o que denota que os próprios Vereadores da maioria em gestão reconhecem que já possuem alguma folga financeira que lhes permite dar estes apoios, que são bem úteis a estas instituições e aos jovens.

O **Sr. Presidente** ressalva que a atribuição destes apoios financeiros nada têm a ver com o comportamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), mas está relacionado com opções de fundo e com compromissos assumidos, como seja: a redução de encargos de funcionamento, e esses compromissos estão a ser cumpridos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DEPARTAMENTO AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E AMBIENTE

Pela **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela - Aprovação.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEPA 01_12-14.

«Comprometida com os desafios ambientais e energéticos atuais, que têm consequências significativas para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desempenho económico da região, a Câmara Municipal de Palmela tem vindo a desenvolver um conjunto de ações integradas ao nível do ambiente e da energia, com o objetivo de tornar o concelho cada vez mais sustentável, saudável e atrativo para viver, trabalhar e investir.

Na perspetiva de que o desenvolvimento sustentável se consegue através de uma abordagem global, integrada e de longo prazo, assente na participação da sociedade, a União Europeia

promoveu uma iniciativa dirigida a municípios e cidades dos Estados-Membros, o Pacto de Autarcas, ao qual o município aderiu.

Esta ação incentiva e apoia os municípios aderentes a:

- Superar os objetivos definidos pela União Europeia de redução das emissões de CO₂, através da aplicação de um Plano Energético;
- Promover a participação da sociedade civil;
- Partilhar a experiência e o saber-fazer com outras entidades.

Ao aderir ao Pacto de Autarcas, em 4 de fevereiro de 2009, o Município de Palmela assumiu este conjunto de compromissos, voluntariamente, reconhecendo o papel estratégico da gestão da energia a nível local, tendo elaborado o Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela, doravante designado PAESP.

O PAESP define medidas concretas para a redução do consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis e para a redução das emissões de CO₂, estabelecendo prazos e atribuindo responsabilidades para concretização da estratégia traçada.

A importância desta matéria torna essencial a busca de consenso como forma de assegurar a implementação do plano e a sua continuidade no tempo. Assim, este documento foi objeto de debate alargado num conjunto de ações e oficinas que, de maio de 2013 a março de 2014, abrangeram todas as unidades técnicas do Município, o setor empresarial, o meio académico, as forças políticas representadas na região e a sociedade civil. Desse frutífero debate resultaram a avaliação e o enriquecimento do conjunto das medidas inicialmente propostas e a construção de um documento consensual. Este documento, o PAESP, constitui um instrumento a operacionalizar nos próximos anos, tendo em vista o compromisso assumido pelo município com a adesão ao Pacto de Autarcas. Não obstante, porque a defesa do ambiente é tarefa urgente, o Município de Palmela não esperou pela finalização do plano e já iniciou a implementação de algumas das medidas aí preconizadas.

Assim, nos termos da alínea ccc) do nº 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, e o submeta a deliberação da Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de *Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela* - Aprovação numerada *DAGOT_DEPA 01_12-14* intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se ao *Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela*, dizendo que haverá certamente consenso, porque este pacto de autarcas que deriva da implementação do pacote do clima e energia da União Europeia tem como possíveis resultados a questão da economia e energia, mas tem também outros indiretos: a

criação de emprego, um ambiente mais saudável, a qualidade de vida e a melhoria da competitividade económica. Porém, quando se abre um Plano esperam-se ver projetos e ações e, por enquanto, só se vislumbram medidas, que provavelmente serão transformadas em projetos. É perceptível em que ponto está o trabalho. Congratula-se pelo avançar do trabalho e pelo esforço que ele representou em termos de uma sistematização e identificação das medidas apresentadas.

Em relação às medidas a adotar, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** tece as seguintes observações: a impressão em papel reciclado já aconteceu há muito tempo na Câmara Municipal, mas depois deixou de ser feita, porque os informáticos diziam que estragava as impressoras e deixava resíduos. Há uma série de medidas que agora se pretendem implementar que já foram usadas anteriormente como, também, a utilização de biodiesel nas viaturas municipais. Em relação à medida XX que é a *Promoção de sistemas de iluminação pública eficientes* há a confusão de onde é que fica a linha entre o que é iluminação pública e a eficiência, uma vez que quase todo o trabalho de iluminação pública tem a ver com eficiência. Existem cerca de 600 luminárias auscultadas para reparação, num universo de 1.969, no âmbito de um projeto de investimento negociado com a EDP. Questiona a razão de não ter sido feito o aproveitamento térmico nas escolas, aquando das obras. O Município tem tentado que uma grande parte do investimento seja realizado pelos privados, através de candidaturas. Acredita que algumas destas medidas irão necessariamente cair, fruto da realidade quando forem adotadas. Em relação aos transportes, constata que os dados apresentados são de 2008. Desde então, a Autarquia já adquiriu viaturas e estas viaturas serão energeticamente mais eficientes, os consumos serão mais reduzidos tem a ver com a tecnologia, pelo que os valores apresentados já não serão tão representativos, existe um gráfico de tendências, mas provavelmente o mais seguro será a efetivação de novas leituras. Entende que a verba de 300 mil euros estipulada para a certificação energética de 36 edifícios é reduzida. Impõe-se a pergunta: a questão da eficiência energética nos edifícios é ou não prioritária. O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a participação do Vereador que tem o pelouro da Iluminação pública (é o Sr. Vereador Pedro Taleço) neste *Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela* foi feita apenas agora com esta intervenção. O Plano tem, essencialmente, metas (que parecem ser adequadas), mas agora faltam algumas medidas mais concretas. Está certo que metas / medidas vão ser concretizadas e concretizáveis ao longo do seu período de vigência. Contudo, os dados apresentados datam de 2008 e 2009, pelo que, provavelmente, terão alguma desatualização. Questiona a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho se há a intenção para se fazer uma nova atualização. Em caso afirmativo, que esta atualização dos dados seja breve, para não correr o risco de estes ficarem novamente desatualizados.

Acrescenta que a proliferação de edifícios da Autarquia tem vários custos que não só de arrendamentos, são: custos da estrutura e de tudo o que lhes está associado como, por exemplo, custos energéticos, de climatização, de iluminação. É de opinião que o *Plano* se

baseia em números já muito desatualizados. Defende que é necessária a existência duma maior concretização de algumas das medidas que estão previstas e de outras que venham a ser definidas.

Relativamente às ações, a **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** menciona que em termos de *Plano* apresentado parece que ainda não existem, mas algumas já existem implementadas e com sucesso. Já há caminho percorrido. A matéria ambiental, as alterações climáticas e a eficiência energética têm sido uma preocupação da Autarquia muito antes da sua adesão ao pacto de autarcas e muito antes da elaboração do próprio *Plano*. O *Plano* em si já verte essas práticas. O VAG já está implementado e representa uma redução de 32 mil euros em seis meses, são: variadores de velocidade, arrancadores solares e baterias de condensadores. Existe um projeto para ser desenvolvido um projeto VAG 2 que, infelizmente, “caiu” atendendo a que a Agência AMES foi extinta. Este é um projeto que está em preparação no quadro comunitário. O projeto VAG tem sido um sucesso, pagou o investimento e deu um bocadinho de lucro. A recolha de óleos alimentares usados e a utilização de biodiesel já está a ser implementada. Quanto aos transportes - como é feito o circuito urbano do Pinhal Novo - à própria remodelação do Cineteatro S. João, em Palmela, são feitas compras ecológicas pela Autarquia (compra de lâmpadas e de papel) que têm em vista contribuir para a redução de emissão de CO₂. Já existem cinco escolas com os coletores instalados (Escola Alberto Valente com 10 painéis, Escola de Brejos do Assa com 2 painéis, Escola Salgueiro Maia com 6 painéis, Jardim de Infância de Lagameças com 2 painéis e o Jardim de Infância de Lagoa da Palha com 2 painéis). No que diz respeito às luminárias, o que está em causa é a substituição de luminárias degradadas que contribuem para o aumento do consumo de energia - em vez de haver uma redução do consumo energético tem existido um aumento, pelo que estas têm de ser substituídas, caso contrário a eficiência energética está comprometida. Será feita a instalação de reguladores de fluxo em 400 luminárias. Já existe um percurso percorrido no âmbito da eficiência energética.

O **Sr. Presidente** refere que este é um desafio para toda a comunidade do concelho e as empresas têm um papel preponderante para se conseguir atingir as medidas propostas. A Autarquia tem trabalhado com as empresas na sensibilização e na formação, assim como tem procurado informá-las da disponibilização de linhas de financiamento. A grande maioria dos projetos futuros insere-se no Portugal 2020, o novo quadro estratégico comunitário. É um eixo para o qual há fartos recursos a afetar e uma parte significativa destes destina-se às empresas, mas os Municípios também têm de fazer as suas candidaturas. A a própria EDP pode candidatar-se a fundos comunitários.

Acrescenta que a empresa EDP devia ter concluído um conjunto de substituições até 2013 - a telecontagem, entre outras medidas, foram empurradas para anos seguintes, porque espera recorrer a financiamento. Todas estas medidas causam ânimo e uma série delas já foram implementadas. Tem de se partir de um ano de referência e, esse ano, foi o da adesão ao

pacto de autarcas (2008/2009). Há um conjunto de opções que foram tomadas no mandato anterior, tendo presente esta adesão ao pacto dos autarcas. Existem muitas questões relacionadas com a eficiência energética que, não tendo estado nesta discussão, já estavam plasmadas no documento em apreço e, também, contratualizadas. O problema é que a EDP tarda a assumir as suas responsabilidades, e outras há que dependem da própria Autarquia. Sublinha que a Iluminação Pública tem uma opção e um parecer determinante, sendo que essas questões já estavam recenseadas sob propostas dos técnicos municipais. Conseguiram atrair investidores para uma área forte que é a fotovoltaica, existem dois parques com alguma dimensão e, ainda este mês, poderá assistir-se à inauguração de um dos maiores da Península de Setúbal, situado na Salgueirinha, cujo investimento ascende a 10 milhões de euros e os dados apontam que vai produzir muita energia. Há medidas a implementar na área industrial e há a tentativa de atrair e incentivar as chamadas empresas verdes para investirem em áreas com preocupações desta natureza. Ainda nesta matéria espera que o Governo e, também, a Autarquia possam dar alguns incentivos para que empresas relacionadas com esta área procurem o concelho para se instalar. O *Plano* ora apresentado é ambicioso e demorou certo tempo a ser apresentado, porque era desejo que ele fosse não só tecnicamente bem validado, mas fosse igualmente participado e discutido com vários agentes do território. Existe a convicção de que o caminho é para cumprir.

Quanto à observação feita pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro de que os dados apresentados carecem de atualização, a **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a matriz é de 2008, porque eram os únicos dados que existiam disponíveis. De todo o modo, já foi pedida a colaboração da ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida para fazer uma atualização, até porque a própria monitorização vai implicar que os dados estejam atuais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quarenta e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco